



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1009823-39.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
 Requerente: **Alcides Julio Ferreira**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Alcides Julio Ferreira postula a restituição de indébito tributário contra o **Município de São Carlos** almejando a devolução do que pagou a título de ITBI, à municipalidade, pela aquisição de uma unidade habitacional no empreendimento Parque Mont Park uma vez beneficiado pela isenção de que cuida o art. 3º, V da Lei Municipal nº 10.086/89.

O réu foi citado e contestou (fls. 50/61) aduzindo, preliminarmente, a ocorrência da prescrição e no mérito, refutou os argumentos do autor.

Não houve réplica (fls. 73).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A preliminar de prescrição há que ser aceita.

O autor efetuou o pagamento do tributo na data de 24/05/2012 conforme documento de fls.65.

O art. 165 do CTN, que assim dispõe:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ocorre que o mesmo diploma legal, no seu art. 168, prevê o prazo de natureza prescricional de 5 anos para o pedido de repetição de indébito, contados da extinção do crédito tributário:

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; (*vide art. 3º, LCp nº 118/05*).

Trata, estes autos de tributo lançado por declaração.

Para tais tributos, o prazo do pedido de restituição conta-se a partir do pagamento do tributo, o que equivale a sua extinção.

Assim já se decidiu:

"Ação de Repetição de Indébito Município de São Paulo - ITBI Prescrição Ocorrência - O prazo prescricional para o contribuinte pleitear a repetição de indébito é de cinco anos, a contar do pagamento indevido - Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 9110745-79.2009.8.26.0000, 15ª Câmara de Direito Público, Rel. Arthur Del Guércio, j. 04/10/2012)"

Ante o exposto, reconheço a prescrição e JULGO EXTINTA a ação nos termos do art. 487, II do CPC. CONDENO o autor em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 937,00, observada a AJG.

Oportunamente arquivem-se.

P.I

São Carlos, 30 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**